

Newsletter

mensal



Movimento de Educação Para Todos (MEPT)

Publicação: 04

Ministra

ACOLHE

**A CAMPANHA PARA A
CRIAÇÃO DO FUNEB**

DESTAQUES

Pagina 2

**15 ÓRGÃOS DE COMUNI-
CAÇÃO SOCIAL CAPACI-
TADOS EM MATÉRIA DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E
GÉNERO**

Pagina 6

**FUNEB É A BASE FUNDAMENTAL
PARA CONTRIBUIR PARA UMA
ABORDAGEM MAIS INTEGRADA
E TRANSVERSAL NO SECTOR DA
EDUCAÇÃO” DEFENDE PMA**

Pagina 13

**REFORÇADA A COOPE-
RAÇÃO ENTRE MEPT
E ASSEMBLEIA PRO-
VINCIAL DE NAMPULA
PARA FORTALECER A
GOVERNAÇÃO NO SEC-
TOR DE EDUCAÇÃO**

15 ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL CAPACITADOS EM MATÉRIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GÊNERO PELO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (MEPT)



O Movimento de Educação para Todos (MEPT), em coordenação com a Light For The World, capacitou 15 jornalistas de órgãos públicos e privados em matéria de “Educação Inclusiva e Género”, na cidade de Maputo, com o objectivo de fortalecer as capacidades dos jornalistas na monitoria e análise das políticas públicas de educação inclusiva, bem como para a produção e divulgação de conteúdos jornalísticos de qualidade que promovam a inclusão e o direito à educação.

Durante o encontro, a Coordenadora Executiva, Isabel da Silva, destacou que a capacitação é estratégica para melhorar as habilidades dos jornalistas na produção de

conteúdos informativos inclusivos.

“Essa é uma das nossas responsabilidades para melhorar a forma como as informações são produzidas, além de permitir que os jornalistas explorem mais os números referentes à questão da deficiência e façam uma melhor interpretação de termos específicos”, destacou Isabel da Silva.

Por sua vez, o facilitador da sessão, José Machanguana, enalteceu a iniciativa do MEPT de trazer a abordagem da deficiência e da inclusão para o âmbito da comunicação social, com vista a dotar os jornalistas de habilidades e a promover maior atenção na produção de reportagens rela-

cionadas com a deficiência.

Na mesma linha, a jornalista Esmeralda Soche congratulou a iniciativa do MEPT de capacitar a classe jornalística.

“Saio desta formação com conhecimentos que poderei empregar na vida pessoal e na produção de matérias e reportagens que poderão contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência”, disse a jornalista.

Complementarmente, Noa Cossa, da Focus TV, descreveu a formação como uma nova viragem informativa, destacando a importância dos números divulgados sobre as pessoas com deficiência no país.

SECRETARIADO EXECUTIVO E ORGANIZAÇÕES MEMBROS DO MEPT CAPACITADOS EM MATÉRIA DE “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GÊNERO” PELA LIGHT FOR THE WORLD



O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) apresentou, no dia 10 de Agosto de 2026, a proposta de criação do Fundo Nacional de Investimento para a Educação Básica (FUNEB) ao Programa Mundial da Alimentação (PMA), com o objectivo de solicitar apoio técnico na concepção e desenvolvimento deste mecanismo de financiamento à educação.

Durante o encontro, o PMA manifestou interesse pela iniciativa e reconheceu o seu alinhamento com os objectivos e áreas de intervenção da organização, destacando o poten-

cial do FUNEB para contribuir para uma abordagem mais integrada e transversal no sector da educação, em particular para reforçar a viabilidade financeira das iniciativas ligadas a alimentação escolar..

A agência das Nações Unidas, demonstrou disponibilidade para participar no processo de brainstorming sobre o FUNEB e sugeriu a participação do MEPT em alguns encontros entre o PMA e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRO-NAE).

“A proposta visa explorar pos-

sibilidades de articulação e identificar formas de tornar o FUNEB uma iniciativa transversal, capaz de integrar diferentes dimensões relacionadas com o desenvolvimento da educação básica” defendeu a PMA.

Refira que, o MEPT tem mantido audiências com as Comissões de Trabalho e Bancadas Parlamentares e Governo com o propósito de mobilizar apoio político para a criação do Fundo, bem como garantir a viabilidade político-legal da proposta, condição considerada importante para a continuidade do processo de advocacia.

Breves

MEPT realiza visitas conjuntas na província de Cabo Delgado

Monitorias Conjuntas chegam a Escola Básica de Baramanza e Escola Secundária Nhamadze.

Monitoria das Escolas envolve Membros da Assembleia da República e Provincial, SDEJT, Mídia e o Governo no Distrito de Mandimba no âmbito do MSNE

MINISTRA DA EDUCAÇÃO ACOLHE A CAMPANHA PARA A CRIAÇÃO DE UM FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNEB)



O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) apresentou a proposta de criação do Fundo Nacional de Investimento Para Educação Básica (FUNEB) ao Ministério da Educação e Cultura, representado pela Sua Excelência Samaria Tovela, Ministra do sector, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no país.

A Ministra congratulou a iniciativa do MEPT, destacando que é fundamental a existência de um fundo específico para o investimento no sector da educação, num contexto em que o Ministério lida com desafios financeiros para as-

segurar às necessidades básicas, como a aquisição de livros, a construção de mais salas de aulas, considerando que a maior parte do orçamento que o MEC recebe está destinada aos custos fixos.

“O Ministério da Educação é um sector muito grande, requer investimentos a longo prazo, e é através deste que fortificamos os sectores estratégicos do desenvolvimento do país.”

Samaria Tovela destacou igualmente que, com esse fundo, é possível adquirir livros e cadernos para as crianças. “É tarefa de todos nós, como organizações e instituições, garantir uma melhor quali-

dade de ensino no nosso país.” Frisou.

De acordo com a Coordenadora Executiva, Isabel da Silva, a criação deste fundo constitui uma necessidade e um veículo para melhorar o sistema de educação, através da construção de novas salas e contratação de novos professores.

“Temos feito as articulações com vários organismos, como bancadas parlamentares, comissões a nível da Assembleia da República (AR), explicando a pertinência deste fundo, para a educação em Moçambique”, frisou a Coordenadora.

Fundo Soberano pode garantir financiamento previsível ao sector da educação



De acordo com o Oficial de Advocacia, Luís Mutondo, os 60% do Fundo Soberano podem ser uma chave para garantir um financiamento previsível ao sector da educação, uma vez que, até ao momento, não existe uma linha específica sobre financiamentos.

“É importante termos uma linha, sabendo que, de ano em ano, temos um valor específico a ser alocado para os investimentos.”

O Oficial destaca ainda que, para a criação do fundo de educação básica, é importante olhar para outras fontes, como as areias pesadas e rubis que são explorados no país, para o alargamento da base tributária de investimentos na educação, através da diversificação de recursos.

O Estado conseguiu alocar cerca de 17,81%, em média anual, bem como cumprir com o compromisso de Incheon, da Coreia do Sul, que considera que 4% a 6% do PIB deve ser alocado ao sector da educação. Em virtude desses dados considera-se que Moçambique chegou a ultrapassar, nos últimos anos, a alocação, olhando para a variação do PIB.

Contudo, ainda não há proporção de investimentos. Apenas o que foi assumido foram as despesas correntes de investimento; quase cerca de 85% têm sido para as despesas, como pagamento de salários dos professores.

FUNEB É A BASE FUNDAMENTAL PARA CONTRIBUIR PARA UMA ABORDAGEM MAIS INTEGRADA E TRANSVERSAL NO SECTOR DA EDUCAÇÃO” DEFENDE PMA



O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) apresentou, no dia 10 de Agosto de 2026, a proposta de criação do Fundo Nacional de Investimento para a Educação Básica (FUNEB) ao Programa Mundial da Alimentação (PMA), com o objectivo de solicitar apoio técnico na concepção e desenvolvimento deste mecanismo de financiamento à educação.

Durante o encontro, o PMA manifestou interesse pela iniciativa e reconheceu o seu alinhamento com os objectivos e áreas de intervenção da organização, destacando o poten-

cial do FUNEB para contribuir para uma abordagem mais integrada e transversal no sector da educação, em particular para reforçar a viabilidade financeira das iniciativas ligadas a alimentação escolar..

A agência das Nações Unidas, demonstrou disponibilidade para participar no processo de brainstorming sobre o FUNEB e sugeriu a participação do MEPT em alguns encontros entre o PMA e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRO-NAE).

“A proposta visa explorar pos-

sibilidades de articulação e identificar formas de tornar o FUNEB uma iniciativa transversal, capaz de integrar diferentes dimensões relacionadas com o desenvolvimento da educação básica” defendeu a PMA.

Refira que o MEPT tem mantido audiências com as Comissões de Trabalho e Bancadas Parlamentares, e Governo com o propósito de mobilizar apoio político para a criação do Fundo, bem como garantir a viabilidade político-legal da proposta, condição considerada importante para a continuidade do processo de advocacia.

1ª COMISSÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO ÂMBITO DA APRESENTAÇÃO DO FUNEB

A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade recebeu representantes das organizações da sociedade civil, membros do MEPT no âmbito da promoção das iniciativas de advocacia para a Criação do Fundo Nacional de Investimento para Educação Básica (FUNEB).

Esta iniciativa visa encontrar mecanismos de mobilização de recursos internos para uma resposta efectiva aos desafios sectoriais para o alcance de uma educação mais inclusiva, equitativa e que seja de qualidade.

Durante o encontro, a Presidente da Comissão, S. Excelência Ana Comoana, sugeriu que a proposta fosse analisada de forma abrangente, considerando não apenas o financiamento de infra-estruturas escolares, mas também outras necessidades essenciais ao funcionamento sustentável da educação básica, como investimento em capital humano, equipamento escolar, manutenção e gestão.



A Comissão manifestou igualmente interesse e abertura para o aprofundamento da proposta, reconhecendo a importância de encontrar mecanismos que permitam reforçar o financiamento da educação básica com recursos internos.

Por sua vez, o MEPT solicitou que a 1.ª Comissão, dentro das suas competências e atribuições, desse um parecer favorável em relação a constitucionalidade e legalidade da iniciativa no âmbito dos debates nos



MEPT REFORÇA DIÁLOGO COM BANCA DA PARLAMENTAR DA RENAMO PARA CRIAÇÃO DO FUNEB

Durante o encontro, o Vice-Chefe da Bancada Parlamentar da RENAMO, Sua. Excia. Saimone Macuana, destacou a necessidade de aprofundar e detalhar a proposta, de modo a permitir a sua apreciação e eventual encaminhamento aos órgãos da Assembleia da República e à liderança do seu partido.

Por sua vez, o MEPT apresentou os fundamentos e a proposta de criação do FUNEB, destacando a necessidade da criação de mecanismos sustentáveis de financiamento que contribuam para melhorar o acesso, a qualidade e a equidade na educação básica em Moçambique.

“O Fundo Soberano não deverá constituir a única fonte de financiamento” defendeu Luís Mutondo.

MEPT DEFENDE FINANCIAMENTO A EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO DAS RAPARIGAS DURANTE O FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL 2026 EM DURBAN



O Movimento de Educação para Todos (MEPT) reforça o papel de advocacia sobre o financiamento da educação e proteção das raparigas durante o Fórum da Sociedade Civil da África Austral 2026, realizado de 18 a 21 de agosto de 2026, em Durban, África do Sul, sob o lema “Futuros Democráticos em África: Promovendo uma Governança Responsável, Justiça Social, Transformação Económica e Dignidade Humana na África Austral”. Durante o encontro, a Coordenadora Executiva, Isabel Francisco Da Silva, partilhou a experiência de Moçambique

sobre os desafios do financiamento da educação e os impactos das crises, particularmente das catástrofes relacionadas com o clima na continuidade da aprendizagem e na permanência das raparigas na escola.

Igualmente apresentou a experiência de Moçambique, destacando que situações como ciclones, cheias e outros desastres climáticos podem interromper o funcionamento das escolas, destruir infraestruturas e materiais escolares, provocar deslocamentos das famílias e agravar a vulnerabilidade das crianças em particular das raparigas.

Durante o Fórum, a Campanha Global pela Educação (GCE) liderou dois painéis dedicados à educação: “Futuros da Educação – Financiamento da Educação para Futuros Democráticos” e “Série Futuros da Educação II – Protegendo o Direito da Rapariga a uma Educação de Qualidade na África Austral”.

Em contextos de crise, estas situações podem aumentar os riscos de absentismo, abandono escolar, violência baseada no género, uniões prematuras e outras formas de exclusão.

Importa referir que as discussões decorreram num contexto de crescente preocupação com o financiamento da educação na África Austral e com a necessidade de acelerar os esforços para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) – Educação de Qualidade, incluindo através do reforço do financiamento nacional e internacional, da mobilização de recursos domésticos e do investimento em professores e ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos.

O Fórum reuniu organizações da sociedade civil e outros atores da região para discutir os principais desafios que afetam o desenvolvimento e

a justiça social na África Austral, com destaque para a governação democrática, as desigualdades económicas, a redução do espaço cívico, as mudanças climáticas e o financiamento dos serviços públicos.

A participação do MEPT no Fórum da Sociedade Civil 2026 enquadra-se no seu compromisso de continuar a influenciar políticas públicas, mobilizar diferentes atores e defender maior investimento na educação, com particular atenção às crianças e raparigas em contextos de crise e de maior vulnerabilidade.



DNEI E PARCEIROS APRESENTAM A TRIAGEM UNIVERSAL DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS AO CONSELHO TÉCNICO DO MEC

No âmbito da discussão e análise da Triagem Universal de Necessidades Educativas Especiais (NEE), a Direcção Nacional de Educação Inclusiva (DNEI) do Ministério da Educação e Cultura, em coordenação com a Dondzalândia, a Associação Aprender Sem Fronteiras (ASF), o Movimento de Educação Para Todos (MEPT) e a CERCÍ Maputo, apresentaram no dia 23 de Julho ao Conselho Técnico do Ministério uma proposta de triagem universal destinada a reforçar a identificação precoce de crianças e jovens com necessidades educativas especiais e barreiras funcionais no sistema de ensino.

A iniciativa surge em resposta ao desafio da sub-identificação da deficiência no ensino regular, uma realidade que pode deixar crianças e jovens com necessidades educativas especiais, sem o apoio adequado. A proposta destaca que a identificação precoce é fundamental para reduzir situações de repetição, insucesso e abandono escolar, em alinhamento com os objectivos do Plano Estratégico do Sector da Educação

(PEE) 2020–2029 e a Estratégia de Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança.

Durante a reunião, Laércio Mondlane, Director Geral da Dondzalândia, destacou o papel do instrumento enquanto mecanismo de sinalização precoce, e não de diagnóstico de deficiência. “

A experiência-piloto realizada no ano em curso, que abrangeu 16 instituições de ensino, sendo 6 com o apoio do MEPT, através da Save The Children no âmbito do programa EmpowerED nas províncias de Maputo e Gaza, demonstrou a viabilidade da iniciativa em contexto escolar real.

Foram registadas mais de 3.000 crianças e realizadas cerca de 1.950 triagens, tendo sido sinalizadas 885 crianças com sinais de necessidades educativas especiais que nem sempre eram previamente identificadas pelas escolas.

MEPT E PARCEIROS ADVOCAM POR MAIOR INVESTIMENTO E QUALIDADE NO ENSINO PRIMÁRIO NA PROVÍNCIA DE NAMPULA

O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) em coordenação com representantes de organizações da sociedade civil, actores sociais e instituições públicas defendem maior reflexão sobre os desafios do financiamento e do desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) e do Ensino Primário durante a realização da conferência Provincial sobre Educação Primária e Desenvolvimento da Primeira Infância, na província de Nampula.

Durante o encontro, a sessão da abertura foi dirigida pela Directora Provincial de Género, Criança e Acção Social, em

representação do Governador da província.

A conferência realizada nos dias 11 e 12 de Agosto, na Cidade de Nampula, reuniu cerca de 80 representantes dentre eles oriundos da academia, líderes religiosos com vista a construir um dialogo transparente e dinamizador para a educação nacional.

Professores no centro da melhoria da qualidade

De acordo com Isabel da Silva, Coordenadora Executiva do MEPT, um dos principais desafios identificados na conferência é a necessidade de formação, contratação e distribuição adequada de profes-

sores.

“Temos que reforçar a capacitação continua do professor, com maior enfoque na pedagogia do ensino primário, bem como a realização de levantamentos anuais das necessidades reais dos professores por escola” destacou Isabel da Silva.

Ademais, recomenda-se ainda para um sistema eficaz de acompanhamento da presença dos professores e maior envolvimento das comunidades e dos conselhos de escola na monitoria da qualidade do ensino e Desenvolvimento da Primeira Infância.



Financiamento continua a ser um desafio

Por sua vez, o Oficial da Advocacia, Luís Mutondo, considera que a insuficiência de recursos para responder às necessidades do Ensino Primário constitui outra preocupação central. Entre as respostas propostas estão o reforço da advocacia junto de empresários locais, empresas mineiras e outros actores económicos, o alargamento da base tributária e o reforço dos mecanismos de arrecadação de receitas, instituindo um Fundo Nacional de Educação Básica focado nos investimentos (FUNEB).

Defende-se ainda que, as preocupações sejam incorporadas nos instrumentos de planificação aos níveis distrital, provincial e nacional, permitindo que as necessidades das escolas sejam efectivamente reflectidas nos planos e orçamentos públicos.

As infra-estruturas escolares constituem igualmente uma prioridade. Perante a vulnerabilidade da província a ciclones, cheias e outros choques climáticos. Os participantes da conferência defendem a adopção de modelos de construção escolar mais resilientes e adequados às mudanças climáticas. A proposta inclui também a coordenação entre

os sectores responsáveis pelas infra-estruturas, educação e gestão de riscos, bem como o envolvimento das comunidades escolares em iniciativas de protecção ambiental.

Da conferência para a acção Um dos principais compromissos assumidos é evitar que as recomendações permaneçam apenas no papel. Para isso, os participantes propõem um mecanismo permanente de seguimento da Rede Provincial de educação e outras redes (Grupo Multisectorial) responsável por monitorar a implementação das recomendações, partilhar relatórios e acompanhar a sua incorporação nas propostas e Planos Económicos e Sociais e Orça-

mento Provincial.

A conferência culminou com a validação do Posicionamento de Nampula, que identifica prioridades e apresenta propostas concretas para influenciar o ciclo de planificação provincial de 2026–2027. O documento reconhece importantes estrangimentos no financiamento e na prestação de serviços de educação, defendendo uma resposta coordenada entre Governo, sociedade civil, comunidades e parceiros.

Referir que o projecto enquadra-se no projecto Bem-estar, financiado pela União, implementado pelo MEPT em parceria com Terres de Homes, Kandlelo e RDPI.



Mais de 3000 alunos foram cadastrados, dos quais cerca de 1029 foram triados no âmbito da validação de sistema de Triagem Universal de Alunos com Necessidades Educativas Especiais, levada a cabo na província de Maputo, nos distritos de Boane e Marracuene.

A iniciativa é promovida pela Associação Progresso, Dondzalandia em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com o apoio do Movimento de Educação Para

Todos (MEPT).

A fase piloto abrangeu (4) instituições de ensino em Maputo, distrito de Boane, respectivamente, Escola Primária José Macamo e Escola Primária de Boane com saldo de 720 alunos triados. Complementarmente em Marracuene foram abrangidas as seguintes escolas, Primária de Nandza e Escola Básica de Macaneta com alcance de cerca de 309 alunos triados. De acordo com os professores, a implementação da platafor-

ma constitui uma solução para uma educação integrada, uma vez que, os sinais específicos de dificuldades de aprendizagem passam a ter um plano de apoio adequado e os professores são empoderados com a visibilidade das dificuldades individuais, estratégias concretas de intervenção para aplicar na sala de aula e melhor compressão das necessidades educativas especiais de cada aluno.

PONTO FOCAL DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (MEPT) EM MANICA RECEBIDO PELA DIREÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO



A Associação Magariro, ponto focal do MEPT na província de Manica, foi recebida pela Direção Provincial de Educação em Nias-sa, representada pelo Director da Educação, Tiago Tendai Chingore.

Durante o encontro, o representante da Magariro, Mateus Mapinde destacou as actividades desenvolvidas pelo MEPT a nível do país, com destaque para a advocacia baseada em evidências em prol de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os cidadãos moçambicanos.

Por sua vez, o Tiago Chingore, enalteceu a iniciativa de aproximação junto da organização. Igualmente apresentou os principais desafios enfrentados no sector da educação, com destaque para dívidas relativas a horas extras dos professores; exiguidade de fundos para a construção e apetrechamento de mais salas de aula, em virtude da conjuntura económica do país e o elevado endividamento bancário por parte da classe docente.

Ressaltar que estiveram nesta visita de cortesia organizações membros do MEPT, respectivamente, JOSSOAL, ONP, PLASOC e ANDA.

REFORÇADA A COOPERAÇÃO ENTRE MEPT E ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE NAMPULA PARA FORTALECER A GOVERNAÇÃO NO SECTOR DE EDUCAÇÃO



O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) e a Assembleia Provincial de Nampula assinaram, no dia 13 de Agosto de 2026, um Memorando de Entendimento (MoU), com o objectivo de fortalecer a cooperação em matéria de governação no sector da educação e promover uma maior participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

O Memorando foi assinado pela Coordenadora Executiva do MEPT, Isabel Francisco da Silva, e pelo Presidente da Assembleia Provincial de Nampula, Dr. Amisse Ibraimo Mahand, reafirmando o compromisso das duas instituições com a melhoria da qualidade,

inclusão, equidade, transparência e responsabilização na gestão da educação.

Entre os principais objectivos do MoU destacam-se o fortalecimento da capacidade da Assembleia Provincial para fiscalizar políticas e programas do sector da educação, a promoção da participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nos processos de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação, bem como o incentivo ao uso de evidências produzidas pela sociedade civil nos processos de tomada de decisão, ao nível da província.

A parceria pretende igualmente contribuir para uma maior

transparência na alocação, gestão e execução dos recursos destinados à educação, assim como estabelecer um diálogo regular entre a Assembleia Provincial e a sociedade civil, através do MEPT, sobre questões relacionadas com o sector.

esta iniciativa enquadra-se no projecto SNE+ , financiado pela UE através dos fundos da União Europeia, onde pretende promover uma governação da educação mais participativa, transparente e responsável, colocando evidências e a participação cidadã no centro dos processos de decisão e fiscalização do sector, ao nível da província e no país em geral.

Ficha técnica

Movimento de Educação Para
Todos (MEPT)

Publicação:
04

Boletim:
Boletim Mensal
Rua da Amizade n.º
83

Editor: Idorcídio & Sumeia
Cassimo
Redacção: Mandlhate & Su-
meia Cassimo

Colaboradores:
Organizações Membros do
MEPT

Maquetização:
Idorcídio Mandlhate

REFORÇADA PARCERIA PARA O BEM - ESTAR DAS CRIANÇAS NA PROVÍNCIA DO NIASSA

O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) foi recebido em audiência por Sua Excelência a Senhora Ilda Amélia Inácio, Directora Provincial do Género, Criança e Acção Social, no âmbito da apresentação, análise e discussão do Plano de Actividades do Grupo Multissetorial para o Desenvolvimento da Primeira Infância e do Ensino Básico na Província de Niassa, no âmbito do Projecto Bem-Estar, realizada em parceria com Terre des Hommes, Rede de Desenvolvimento da primeira infância (RDPI), We World Khandlelo com o financiamento da União Europeia.

Durante o encontro, o oficial do Projecto do MEPT, Geraldo Eugénio, destacou que o desenvolvimento da primeira infância constitui uma prioridade estratégica para garantir que as crianças dos 5 aos 8 anos tenham acesso a serviços integrados de saúde, nutrição, educação, protecção e cuidados

adequados ao seu desenvolvimento integral.

Sublinhou, igualmente, que o projecto tem como objectivo contribuir para a melhoria do desenvolvimento da primeira infância e do ensino básico na Província de Niassa, através do reforço das acções integradas e da articulação entre os diferentes intervenientes.

Importa referir que a reunião com a Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social (DPGCAS), foi solicitada pelo grupo do consórcio do Projecto Bem-Estar